



Previdência Social no 1º Trimestre de 2001

Saldo Previdenciário

O déficit da previdência do mês de março de 2001 foi de R\$ 800,6 milhões, resultado de uma arrecadação de R\$ 4,65 bilhões frente a um gasto com benefícios da ordem de R\$ 5,45 bilhões, como pode ser visto na tabela 1, o que representa aumento de 52,6% em relação a fevereiro de 2001 e de 68,2% em relação a março de 2000 – ver tabela 1. O déficit do primeiro trimestre de 2001 alcançou R\$ 1,97 bilhão, o que corresponde a um crescimento de 5,2% em relação ao mesmo período de 2000. O aumento do déficit é resultado de certa frustração em relação às expectativas de receita do mês de março e de um aumento da despesa com benefícios em razão do grande número de concessões ocorridas neste mês.

O aumento no número de concessões ocorrido no mês de março foi um dos responsáveis pelo aumento do déficit verificado no último mês.

TABELA 1
Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Déficit Previdenciário
Mar/00, Fev/01 e Mar/01 - Valores em R\$ milhões de mar/01 - INPC

	mar/00 (A)	fev/01 (B)	mar/01 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Acum. Jan. a Mar/00	Acum. Jan. a Mar/01	Var. %
1. Arrecadação Líquida	4.605,2	4.802,7	4.647,4	(3,2)	0,9	13.151,1	14.114,6	7,3
Arrecadação Bancária (1)	4.138,7	4.521,8	4.329,0	(4,3)	4,6	12.183,1	13.134,2	7,8
SIMPLES	150,2	164,9	162,2	(1,6)	8,0	485,5	560,6	15,5
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	7,9	38,3	39,1	2,1	394,2	8,3	118,7	1.334,3
Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	-	1,2	0,8	(35,3)	-	8,4	3,7	(56,4)
Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	3,9	13,4	8,7	(35,1)	120,8	9,5	24,0	151,8
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	32,9	17,5	22,6	29,3	(31,2)	32,9	71,6	117,3
Quitação de Dívidas (6)	-	-	-	-	-	44,4	-	(100,0)
Depósitos Judiciais (7)	271,5	45,6	85,1	86,6	(68,7)	378,9	201,9	(46,7)
2. Benefícios Previdenciários	5.081,3	5.327,2	5.448,1	2,3	7,2	15.025,2	16.086,5	7,1
3. Saldo Previdenciário (1-2)	(476,1)	(524,6)	(800,6)	52,6	68,2	(1.874,2)	(1.971,9)	5,2

Fonte: INSS

Elaboração: SPS/MPAS

(1) Deduzida a transferência a terceiros e as restituições de arrecadação. Esta rubrica contém a contribuição sobre folha de salários.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Recebimentos em decorrência de contrato de assunção, confissão e compensação de créditos. Quitação de dívidas de: jan/00 - Fundação IBGE.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).



Fatores sazonais, como o menor número de dias úteis em fevereiro e os feriados bancários da semana do carnaval, provocaram queda na arrecadação do mês de março.

A arrecadação no mês de março reduziu-se em 3,2% em relação a fevereiro e aumentou 0,9% em relação a março de 2000. No acumulado do trimestre, a arrecadação aumentou 7,3% em relação ao primeiro trimestre de 2000, resultado explicado fundamentalmente pelo desempenho nos meses de janeiro e fevereiro.

A queda da arrecadação no mês de março pode ser explicada, em primeiro lugar, porque parte da receita de março foi apropriada no fluxo de caixa de fevereiro. Como as empresas realizam parte das contribuições no último dia do mês e os bancos repassam estes recursos para a Previdência no primeiro dia do mês seguinte, em geral, ocorre uma defasagem entre os critérios de caixa e competência dos recolhimentos. Em fevereiro, devido aos feriados bancários da semana de carnaval, várias empresas optaram por efetuar os recolhimentos antes do último dia, fazendo com que cerca de R\$ 80 milhões não ingressassem no caixa da Previdência em março.

Em segundo lugar, o menor número de dias úteis do mês de fevereiro, que diminui a remuneração variável (horas extras, adicional noturno e outros) e a remuneração paga por serviços de terceiros (autônomos e cooperativas), também influenciou negativamente a arrecadação.

Estes fatores sazonais afetaram a arrecadação bancária que em março foi 4,3% menor que no mês anterior, o que comprometeu o resultado geral da arrecadação do mês.

A arrecadação do SIMPLES apresentou decréscimo de 1,6% em relação à arrecadação do mês anterior. Entretanto, a arrecadação acumulada no primeiro trimestre, R\$ 560,6 milhões, apresenta um crescimento de 15,5% em relação ao mesmo período de 2000. Resultado que reflete o ritmo de crescimento da economia. O setor industrial, conforme dados do IBGE, apresentou no 1º bimestre de 2001 crescimento de 6,5% da produção em relação ao ano anterior.

Importante ressaltar o desempenho das medidas implementadas para recuperação de créditos, que tem contribuído para diminuir o déficit da previdência (gráfico 1). No primeiro trimestre de 1999 estas medidas contribuíram para que a arrecadação não fosse bem menor quando comparada com a do mesmo período em 1998; em 2000, foram responsáveis por quase 70% do valor arrecadado a mais que em 1999; e em 2001 reponderam por quase metade do que foi arrecadado a mais que em 2000.

EXPEDIENTE: *Ministro da Previdência e Assistência Social: Roberto Lúcio Rocha Brant • Secretário Executivo: José Cechin • Secretário de Previdência Social: Vinícius Carvalho Pinheiro • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: Geraldo Almir Arruda • Coordenadora-Geral de Estudos Previdenciários: Leila Giandoni Ollaik • Corpo Técnico: Aline Diniz Amaral, Andréa Barreto de Paiva, Wagner Primo Figueiredo Júnior • Distribuição: Vera Lúcia Vianna .*

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPAS. Também disponível na internet no endereço: www.previdenciasocial.gov.br

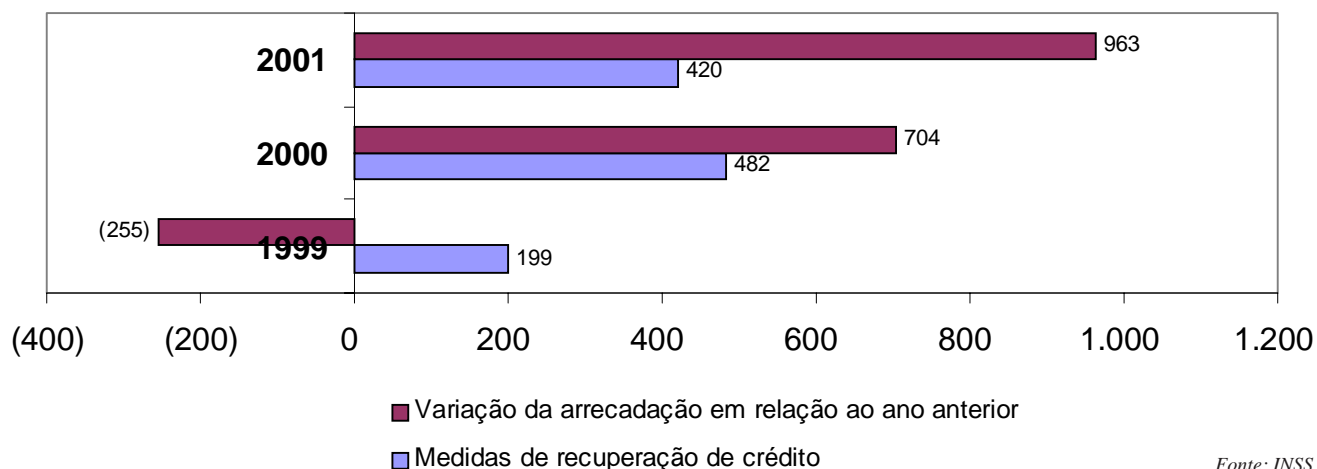
É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA: *Ministério da Previdência e Assistência Social • Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 317-5011. Fax (0XX61) 317-5408 • e-mail: cgeps.sps@df.previdenciasocial.gov.br*



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Gráfico 1
Medidas de Recuperação de Crédito X Variação da Arrecadação
1º Trimestre (valores de mar/01 - INPC)



Fonte: INSS
Elaboração: SPS/MPAS

Os recursos provenientes do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS alcançaram o valor de R\$ 39,1 milhões, o que representa 2,1% a mais que o valor arrecadado em fevereiro.

Em março, a recuperação de créditos junto aos hospitais, através do repasse do Fundo Nacional de Saúde - FNS, resultou em R\$ 0,8 milhão, que representou um decréscimo de 35,3% com relação à receita de fevereiro. No trimestre apresentou decréscimo de 56,4% em relação ao ano anterior, este resultado é consequência da opção das empresas de saúde pelo parcelamento no âmbito do REFIS.

Foram resgatados junto ao Tesouro Nacional R\$ 8,7 milhões de Certificados da Dívida Pública – CDPs, o que representa 35,1% menos do que o valor resgatado no mês de fevereiro. Este tipo de receita depende do resultado de leilões, apresentando resultados muito variáveis. Em relação ao primeiro trimestre de 2000 os valores resgatados em 2001 apresentaram crescimento de 151,8%.

As receitas de repasse do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES atingiram o valor de R\$ 22,6 milhões, cerca de 29,3% maior que a receita do mês anterior. Provavelmente, este desempenho está vinculado ao início de novo ano letivo, com início de novos financiamentos. No primeiro trimestre de 2001 esta receita foi de R\$ 71,6 milhões, cerca de 117,3% maior que no ano anterior, em razão da ampliação do programa de financiamento.

O ingresso em março de depósitos judiciais foi de R\$ 85,1 milhões, representando um crescimento de 86,6% em relação ao mês anterior. No trimestre, entretanto, apresentou um decréscimo de 46,7% em relação ao ano anterior. Este tipo de receita apresenta resultados muito diferenciados a cada mês, por sua própria natureza.

Os recursos provenientes de repasse do FIES juntamente com as demais medidas implementadas para recuperação de créditos têm contribuído para diminuir o déficit da Previdência.



Despesas

Do lado da despesa, no mês de março o gasto com benefícios previdenciários atingiu R\$ 5,45 bilhões, 2,3% superior ao mês de fevereiro e 7,2% superior ao mesmo mês de março do ano de 2000. No resultado acumulado do trimestre, houve um acréscimo de 7,1 % em relação ao acumulado nos mesmos três meses do ano anterior.

O aumento da despesa com benefícios pode, em parte, ser explicado pelo aumento na concessão de benefícios (tabela 2). Em março foram concedidos 307,1 mil novos benefícios, que adicionaram à despesa total cerca de R\$ 212,8 milhões. O crescimento do número de benefícios em março indica que foram concedidos benefícios que se encontravam represados, provavelmente em função das férias dos servidores (janeiro e fevereiro). No pagamento dos benefícios represados, são honrados também os valores dos meses atrasados desde a data de entrada com o pedido dos benefícios, o que aumenta a despesa total.

TABELA 2
Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos
pela Previdência Social - Mar/00, Fev/01 e Mar/01

	Mar/00 (A)	Fev/01 (B)	Mar/01 (C)	Var. % (C / B)	Var. % (C / A)	Acum. Jan. a Mar/00	Acum. Jan. a Mar/01	Var. %
TOTAL	233.941	212.752	307.121	44,4	31,3	650.044	745.438	14,7
PREVIDENCIÁRIOS	202.108	187.615	270.774	44,3	34,0	555.423	657.695	18,4
Aposentadorias	53.941	41.340	58.617	41,8	8,7	155.006	145.258	(6,3)
Idade	31.621	24.174	34.163	41,3	8,0	90.530	84.549	(6,6)
Invalidez	11.576	10.169	13.994	37,6	20,9	36.795	35.891	(2,5)
Tempo de Contribuição	10.744	6.997	10.460	49,5	(2,6)	27.681	24.818	(10,3)
Pensão por Morte	22.961	20.121	26.925	33,8	17,3	73.033	70.982	(2,8)
Auxílio-Doença	62.432	59.324	88.484	49,2	41,7	180.036	204.588	13,6
Salário-Maternidade	62.441	66.554	96.356	44,8	54,3	146.303	235.876	61,2
Outros	333	276	392	42,0	17,7	1.045	991	(5,2)
ACIDENTÁRIOS	13.650	12.063	17.579	45,7	28,8	42.855	41.837	(2,4)
ASSISTENCIAIS	18.183	13.074	18.768	43,6	3,2	51.766	45.906	(11,3)

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS

Considerando o fluxo total de benefícios no trimestre (tabela 3), foram concedidos 745.438 novos benefícios. Este número é 14,7% superior ao observado no mesmo trimestre do ano anterior, conforme pode ser visto na tabela 3. O que significa cerca de 95 mil benefícios concedidos a mais. Este crescimento ocorreu, unicamente, em razão da concessão de auxílio-doença previdenciário e de salário-maternidade.

TABELA 3
Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos
pela Previdência Social 1997-2001 - (Acumulado Janeiro a Março)

	Acumulado Janeiro a março					Variação entre os períodos (%)			
	1997	1998	1999	2000	2001	98/97	99/98	00/99	01/00
TOTAL	512.927	485.510	538.045	650.044	745.438	(5,35)	10,82	20,82	14,68
PREVIDENCIÁRIOS	343.819	371.900	402.325	409.120	421.819	8,17	8,18	1,69	3,10
Aposentadorias	150.278	179.635	175.576	155.006	145.258	19,54	(2,26)	(11,72)	(6,29)
Idade	53.350	67.711	89.070	90.530	84.549	26,92	31,54	1,64	(6,61)
Invalidez	23.846	26.928	44.887	36.795	35.891	12,92	66,69	(18,03)	(2,46)
Tempo de Contribuição	73.082	84.996	41.619	27.681	24.818	16,30	(51,03)	(33,49)	(10,34)
Pensão por Morte	64.590	55.816	68.591	73.033	70.982	(13,58)	22,89	6,48	(2,81)
Auxílio-Doença	127.999	135.691	157.197	180.036	204.588	6,01	15,85	14,53	13,64
Outros	952	758	961	1.045	991	(20,38)	26,78	8,74	(5,17)
SALÁRIO-MATERNIDADE	23.443	29.469	42.457	146.303	235.876	25,70	44,07	244,59	61,22
ACIDENTÁRIOS	42.478	39.393	40.377	42.855	41.837	(7,26)	2,50	6,14	(2,38)
ASSISTENCIAIS	103.187	44.748	52.886	51.766	45.906	(56,63)	18,19	(2,12)	(11,32)

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social
 Elaboração: SPS/MPAS

O aumento na concessão de salário-maternidade é explicado pela modificação legislativa realizada em novembro de 1999, que estendeu o direito ao salário maternidade também a todas as contribuintes individuais e a concessão passou a ser realizada somente pelo INSS, e não mais pago diretamente pelas empresas. Já o aumento expressivo da concessão de auxílios-doença, verificado a partir de 1999, ocorre sem respaldo em quaisquer mudanças legislativas ou administrativas neste período.

A concessão de aposentadorias, em seu conjunto, diminuiu 6,3% no acumulado do trimestre, sendo a maior queda no número de aposentadorias por tempo de contribuição – ATC (10,3%) seguida pela por idade (6,6%). Os principais motivos para a queda na concessão de aposentadorias continuam sendo a implementação da **Reforma Constitucional da Previdência**, que restringiu principalmente as aposentadorias precoces concedidas a segurados com menos de 50 anos de idade, o que fez com que a sua concessão diminuísse após 1998; e a aplicação da mudança na regra de cálculo do benefício, com a aplicação do fator previdenciário.

A concessão de benefícios assistenciais apresentou em 2001 taxa negativa de crescimento de 11,3% em relação ao primeiro trimestre de 2000. A diminuição no número de benefícios assistenciais concedidos pode estar indicando que a grande maioria do público alvo deste benefício já foi atingida.

Este movimento das concessões reflete-se no estoque de benefícios pagos. Na comparação entre primeiros trimestres dos últimos cinco anos (tabela 4) constata-se que a taxa de crescimento dos benefícios pagos (emitidos) está caindo. Esta passou de um patamar de 5,9% entre 1998/1997 para 3,4% no período 2001/2000. Dentre estes benefícios, o maior aumento é o no estoque do salário-maternidade que cresceu cerca 49,7% na comparação 2001/2000, devido às causas já listadas.

As aposentadorias, por serem vitalícias, têm um tempo de permanência no sistema previdenciário muito superior aos benefícios de caráter temporário. Assim, seu estoque responde com um maior lapso de tempo aos efeitos de queda na concessão. Mesmo diante de quedas no número mensal de concessões, as aposentadorias por invalidez e por tempo de contribuição apresentam um número crescente nas emissões dos últimos quatro anos, apesar do crescimento apresentar ritmo menos acelerado. Entram menos benefícios novos no sistema, mas estes são em número superior às cessações ocorridas para estas espécies no mesmo período.

A Reforma Previdenciária restringiu a concessão de aposentadorias precoces e introduziu o fator previdenciário no cálculo do benefício, provocando queda na concessão de aposentadorias.



TABELA 4
Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos
pela Previdência Social 1997-2001 - (Acumulado Janeiro a Março)

	Acumulado Janeiro a março					Variação entre os períodos (%)			
	1997	1998	1999	2000	2001	98/97	99/98	00/99	01/00
TOTAL	49.897.422	52.844.484	54.791.160	56.977.777	58.887.063	5,91	3,68	3,99	3,35
PREVIDENCIÁRIOS	43.416.762	45.771.154	47.245.873	48.896.227	50.354.867	5,42	3,22	3,49	2,98
Aposentadorias	28.530.917	30.307.242	31.524.266	32.764.088	33.682.330	6,23	4,02	3,93	2,80
Idade	14.549.485	14.915.710	15.539.115	16.233.228	16.841.456	2,52	4,18	4,47	3,75
Invalidez	6.103.788	6.232.575	6.366.830	6.641.713	6.779.310	2,11	2,15	4,32	2,07
Tempo de Contribuição	7.877.644	9.158.957	9.618.321	9.889.147	10.061.564	16,27	5,02	2,82	1,74
Pensão por Morte	13.243.977	13.904.115	14.209.461	14.717.148	15.175.622	4,98	2,20	3,57	3,12
Auxílio-Doença	1.578.357	1.504.222	1.470.660	1.373.133	1.450.523	(4,70)	(2,23)	(6,63)	5,64
Outros	63.511	55.575	41.486	41.858	46.392	(12,50)	(25,35)	0,90	10,83
SALÁRIO-MATERNIDADE	59.416	77.187	97.791	246.276	368.783	29,91	26,69	151,84	49,74
ACIDENTÁRIOS	1.787.705	1.874.537	1.922.511	1.965.741	2.008.555	4,86	2,56	2,25	2,18
ASSISTENCIAIS	4.633.539	5.121.606	5.524.985	5.869.533	6.154.858	10,53	7,88	6,24	4,86

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social
 Elaboração: SPS/MPAS

Apesar do crescimento na quantidade de benefícios emitidos, o ritmo de emissão vem apresentando desaceleração, em razão da queda no número de concessões na análise dos resultados acumulados.

A taxa de crescimento da emissão de aposentadorias por tempo de contribuição caiu de 16,3% no período 1998/1997, para 1,7% entre 2001/2000, como resultado da diminuição das concessões, em razão das alterações legais já comentadas.

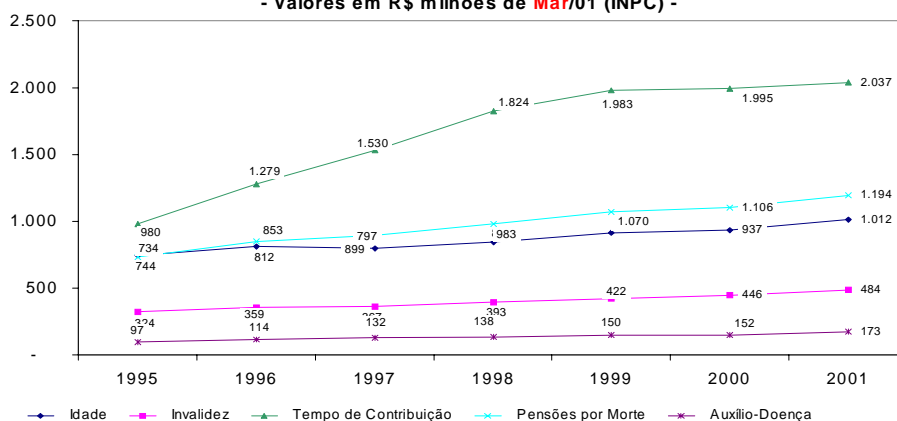
Em 2001 a taxa de crescimento das aposentadorias por invalidez emitidas em relação a 2000 foi de 2,1%, bem menor que a de 2000/1999 que foi de 4,3%. Em 2000, o crescimento maior é explicado pela revisão dos auxílios-doença de longa duração que foram convertidos em benefícios permanentes.

Os auxílios-doença teve o seu comportamento influenciado pelo número significativo de concessões, o que levou ao crescimento de 5,6% de 2000 para 2001, revertendo a queda de 6,6% na quantidade de auxílios-doença emitidos entre os anos de 2000/1999, ocorrida em função de processo de revisão destes benefícios.

Os benefícios assistenciais emitidos têm apresentado taxas decrescentes de crescimento, tendo a quantidade de benefícios assistenciais emitidos sido reduzida de 10,5% entre 1998/1997 para 4,9% entre 2001/2000.

A evolução da despesa com benefícios emitidos pode ser analisada na tabela 5 e no gráfico 2.

Gráfico 2
Evolução da Despesa com Benefícios Emitidos
pela Previdência Social 1995-2001 (Média entre Janeiro e Março)
- Valores em R\$ milhões de Mar/01 (INPC) -



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social
 Elaboração: SPS/MPAS

TABELA 5

Evolução do Valor de Benefícios Emitidos

pela Previdência Social 1997-2001 - (Acumulado Janeiro a Março) em R\$ milhões de mar/01 - INPC

	Acumulado Janeiro a março					Variação entre os períodos (%)			
	1997	1998	1999	2000	2001	98/97	99/98	00/99	01/00
TOTAL	12.225	13.739	14.935	15.283	16.271	12,38	8,70	2,33	6,46
PREVIDENCIÁRIOS	11.189	12.565	13.630	13.914	14.710	12,30	8,48	2,08	5,72
Aposentadorias	8.081	9.189	9.960	10.132	10.599	13,71	8,39	1,73	4,61
Idade	2.390	2.538	2.745	2.811	3.037	6,19	8,16	2,40	8,01
Invalidez	1.100	1.179	1.265	1.337	1.453	7,22	7,27	5,72	8,63
Tempo de Contribuição	4.591	5.472	5.950	5.984	6.110	19,19	8,74	0,57	2,11
Pensão por Morte	2.698	2.949	3.211	3.318	3.582	9,29	8,90	3,33	7,95
Auxílio-Doença	396	414	450	455	519	4,66	8,50	1,12	14,08
Outros	14	13	10	9	11	(8,26)	(24,14)	(2,56)	13,01
SALÁRIO-MATERNIDADE	8	11	14	38	116	40,82	31,21	172,34	206,96
ACIDENTÁRIOS	384	432	463	473	498	12,31	7,16	2,22	5,26
ASSISTENCIAIS	645	732	828	858	947	13,51	13,16	3,60	10,37

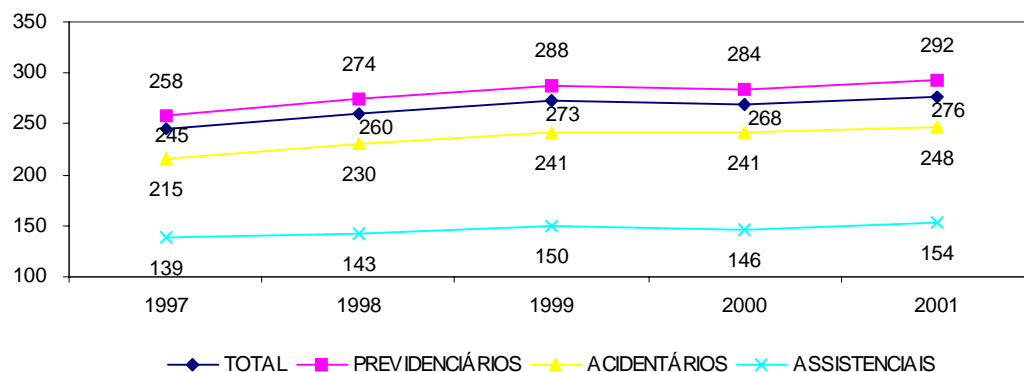
Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social

Elaboração: SPS/MPAS

Novamente o maior destaque em termos de variação são os salários maternidade, os quais cresceram no estoque, na comparação entre os últimos trimestres, 207,0%. Todos os demais benefícios previdenciários, à exceção do item “outros”, apresentaram pequenas variações positivas, sendo a maior variação referente aos gastos com auxílio-doença – elevação de 14,1%. Conforme se constata no gráfico 2, os benefícios mais importantes em termos de valor apresentaram um nível de crescimento baixo, a partir de 1999.

Deve ser ressaltado que o ritmo menor de crescimento nos gastos com benefícios não comprometeu o nível de rendimento dos segurados. Pelo contrário pode-se observar ganhos reais nos valores médios para todos os tipos de benefícios emitidos (gráfico 3).

Gráfico 3
Valor Médio dos Benefícios emitidos
média 1º trimestre (em R\$ de mar/01 - INPC)



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social

Elaboração: SPS/MPAS



Estudo encomendado pela Secretaria de Previdência Social com financiamento do Banco Mundial e apoio do PNUD apresenta diagnóstico das máquinas causadoras de acidentes de trabalho no Brasil.

Dando atenção especial à análise dos benefícios acidentários, constata-se que a emissão destes benefícios também apresentou taxas decrescentes de crescimento, de 4,9% entre 1998/1997 para 2,2% entre 2001/2000.

No entanto, os números ainda são alarmantes. No primeiro trimestre de 2001 foram emitidos mensalmente cerca de 670 mil benefícios acidentários, o que corresponde a uma despesa acumulada de R\$ 498 milhões no trimestre.

O custo com acidentes de trabalho para a Previdência, como consequência dos pagamentos dos benefícios acidentários, chegou a R\$ 2 bilhões em 1999, quando ocorreram no país 378.365 registros de acidentes, com 3.605 mortes. Somando estes gastos com despesas de saúde, reabilitação profissional e horas paradas nas empresas pode se dizer que os acidentes de trabalho custam ao governo e às empresas cerca de R\$ 20 bilhões por ano. Os principais setores da economia responsáveis por acidentes de trabalho são: construção civil, transporte e armazenagem e comércio varejista. Segundo o professor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, doutor René Mendes, autor de um estudo sobre “Máquinário Obsoleto e Inseguro Gerador de Acidentes do Trabalho Graves e Incapacitantes” (ver box 1), encomendado pela Secretaria de Previdência Social, cerca de 25% de todos os acidentes graves e mutilantes são causados por máquinas

Box 1

Principais Equipamentos responsáveis por acidentes de trabalho mais graves, que resultam em mutilações e mortes.

- Prensas Mecânicas
- Prensas Hidráulicas
- Máquinas Cilindros de Massa
- Máquina de Trabalhar Madeiras: Serras Circulares
- Máquinas de Trabalhar Madeiras: Tupias e Desempenadeiras
- Máquinas Guilhotinas para Chapas Metálicas
- Máquinas Guilhotinas para Papel
- Impressora Off-Set a Folha
- Injetoras de Plástico
- Cilindros Misturadores para Borracha
- Calandras para Borracha
- Motosserras
- Máquinas de Decorticar e Desfibrar o Sisal

Fonte: René Mendes/UFMG

A despesa com benefícios acidentários representou, no 1º trimestre de 2001, 3,1% do total das despesas com benefícios. No que se refere à quantidade, os benefícios acidentários responderam por 3,4% dos benefícios emitidos.



Tabela 1
Fluxo de Caixa - 2001 (R\$ mil correntes)

Itens de Receita e Despesa	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Acum. 2001
	1. SALDO INICIAL	1.372.246	1.697.218	1.517.015	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126
2. RECEBIMENTOS	6.885.117	6.053.326	6.017.432	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.956.475
2.1. ARRECAÇÃO	5.233.265	5.102.874	5.000.184	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.336.324
- Arrecadação Bancária	4.867.682	4.845.553	4.702.970	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.414.205
- SIMPLES (1)	281.865	168.089	162.106	-	-	-	-	-	-	-	-	-	557.559
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	40.560	30.866	39.068	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116.104
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	1.688	1.185	770	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.653
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	1.893	13.304	13.304	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.873
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	31.108	17.434	22.647	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.189
- Outorga de Dívidas (6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Depósitos Judiciais (7)	70.455	45.391	85.106	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200.952
- Restituições de Arrecadação	(11.789)	(20.178)	(21.247)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.211)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	3.168	3.275	3.652	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.495
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	10.920	12.710	14.319	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37.948
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)	(473.873)	(698.183)	(827.996)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.800.042)
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIAO	2.111.637	1.533.249	1.527.864	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.172.750
- Recursos Ordinários	17.251	20.377	96.208	-	-	-	-	-	-	-	-	-	133.836
- Saldo do Exercício Anterior	271.371	4.927	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	276.298
- Operações de Crédito Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- COPS	1.328.119	865.174	659.113	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.050.406
- COPS/LOAS	190.862	189.723	191.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	571.585
- COPS/Deved. Imp. e Contrib. - EPU	60.021	72.861	62.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	194.883
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS)/PASEP/ Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Des. vinc. de Impostos e Contribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Contrib. Social sobre Lucro	11.074	15.181	19.542	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.797
- Contrib. Previdência	235.000	365.000	300.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	900.000
- Contrib. Previdência Mav. Financeira - CFMF	6.560.148	6.234.129	6.372.321	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.166.595
3. PAGAMENTOS	5.946.430	5.910.971	6.019.568	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.876.970
3.1. PAGAMENTOS INSS	5.094.174	5.062.286	5.695.336	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.761.796
3.1.1. BENEFÍCIOS	5.200.031	5.301.791	5.448.051	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.008.873
- Benefícios Previdenciários (9)	5.324.877	5.328.672	5.479.604	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.134.254
- Decolunção de Benefícios	(84.847)	(27.881)	(31.553)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.380)
3.1.1.2. INOCPREVIDENCIÁRIOS	244.144	260.495	247.284	-	-	-	-	-	-	-	-	-	751.922
3.1.1.2.1. EPU T.N.	56.775	71.707	54.077	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182.559
3.1.2. LOAS	187.809	188.788	183.207	-	-	-	-	-	-	-	-	-	569.363
3.1.2.1. PESSOAL (10)	263.893	197.676	192.074	-	-	-	-	-	-	-	-	-	653.640
3.1.3. CUSTEIO (11)	178.892	150.809	132.160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	461.501
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)	613.715	323.167	392.753	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.296.625
4. ARRECAÇÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.2)	4.618.550	4.778.717	4.647.431	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.046.899
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1)	(640.480)	(922.074)	(900.620)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.963.175)
6. SALDO ARREC. LIQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(884.624)	(782.569)	(1.047.904)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.715.097)
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	324.973	(80.203)	(584.889)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(210.119)
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) (13)	1.697.218	1.517.015	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.162.126	1.697.218

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: CGEP/SPS.

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

Obs2. Os valores da arrecadação de REFFIS são estimados e sujeitos a revisão.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Débitos recebidos em decorrência de contrato de assunção, confissão e compensação de créditos.

(7) Retenção de parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamentos a cargo da Previdência Social.

(10) Retenções realizadas a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Retenções das despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Farmacêutico, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recebidos pelo INSS e repassados aos seguintes Órgãos: FUNDE (salário educação), INCR, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SIESC, SEBRAE, SENAR, SEXT, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.



Tabela 2 Fluxo de Caixa - Fevereiro de 2001 (R\$ mil de mar/01 - INPC)

Items de Receita e Despesa	Valores em R\$ mil de março de 2001 (INPC)										
	mar/00	fev/01	mar/01	Var. III/II	Em %	Var. III/III	Em %	Acum. Jan. a Mar/00	Acum. Jan. a Mar/01	Var. Acum. V/IV	Em %
1. SALDO INICIAL	945.786	1.705.365	1.517.015	(11,0)	60,4	60,4	697.775	1.385.589	98,6		
2. RECEBIMENTOS	5.905.209	6.092.985	6.017.432	(1,1)	1,9	18,113.581	19.052.482	5,2			
2.1. ARRECADADAÇÃO	4.884.838	5.127.368	5.000.184	(2,5)	2,4	14.255.178	15.411.703	8,1			
- Arrecadação Bancária	4.430.235	4.866.802	4.702.970	(3,4)	6,2	13.315.832	14.484.785	8,8			
- SIMPLES (1)	150.173	164.887	162.195	(1,6)	8,0	485.466	560.595	15,5			
- Programa de Recuperação Fiscal - REFS (2)	7.906	38.269	39.088	2,1	-	8.275	118.685	-			
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	-	1.191	770	(65,3)	#DIV/0!	8.431	38.76	(56,4)			
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	3.929	13.368	8.675	(35,1)	120,8	9.514	23.955	151,8			
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	32.940	17.518	22.647	29,3	-	32.940	71.575	-			
- Quitação de Dívidas (6)	-	-	-	-	-	44.412	-	(100,0)			
- Depósitos Judiciais (7)	271.488	45.609	85.106	86,6	(68,7)	378.916	201.855	(46,7)			
- Restituições de Arrecadação (11.844)	(20.275)	(21.247)	(21.247)	4,8	79,4	(28.608)	(53.423)	86,7			
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	3.245	3.052	3.052	(7,3)	(6,0)	101,94	9.541	(6,4)			
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PROPRÍOS	14.992	12.771	14.319	12,1	(4,5)	59.982	38.115	(36,5)			
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)	(358.088)	(601.054)	(627.986)	(12,2)	47,4	2.228	(1.607.520)	(72.247,6)			
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.360.231	1.540.609	1.527.864	(0,8)	12,3	3.785.999	5.200.642	37,4			
- Recursos Ordinários	140.798	20.474	96.208	389,9	(31,7)	1.667.99	134.101	(19,6)			
- Operações de Crédito Externa	-	4.951	-	(100,0)	-	-	278.960	-			
- COFINS	271.043	869.327	859.113	(1,2)	217,0	919.975	3.067.453	233,4			
- COFINS/LOAS	159.264	190.633	191.000	0,2	19,9	468.221	574.291	22,7			
- COFINS/Dev. Imp. e Contrib. - EPU	62.060	73.211	62.000	(15,3)	(0,1)	187,918	195,816	4,2			
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-	7	-	-	-	-	-	7			
- Desvinc. de impostos e Contribuições	142.563	-	-	-	(100,0)	285.702	-	(100,0)			
- Contrib. Social sobre Lucro	-	15.254	19.542	28,1	-	-	45.977	-			
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPWF	584.503	366.752	300.000	(18,2)	(48,7)	1.757.383	904.037	(48,6)			
3. PAGAMENTOS	5.879.489	6.264.052	6.372.321	1,7	8,4	17.838.048	19.260.306	8,0			
3.1. PAGAMENTOS INSS	5.599.822	5.939.344	6.019.569	1,4	7,5	16.733.958	17.963.163	7,3			
3.1.1. BENEFÍCIOS	5.300.218	5.588.985	5.895.355	1,9	7,5	15.678.936	16.842.015	7,4			
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS (9)	5.081.284	5.327.240	5.448.051	2,3	7,2	15.025.244	16.086.468	7,1			
- Benefícios Provisórios	5.093.141	5.355.255	5.479.604	2,3	7,6	15.121.028	16.211.614	7,2			
- Evolução de Benefícios (11.857)	(28.015)	(31.553)	(31.553)	12,6	186,1	(95.784)	(125.146)	30,7			
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	218.934	261.745	247.284	(5,5)	12,9	659.692	755.547	15,6			
3.1.2. EPU T.N.	61.673	72.051	54.077	(24,9)	187,531	183.455	(2,2)				
3.1.2.1. LOAS	157.262	189.694	193.207	1,9	22,9	466.161	572.091	22,7			
3.1.2. PESSOAL (10)	195.109	198.826	192.074	(3,4)	(1,6)	693.720	657.157	(5,3)			
3.1.3. CUSTEIO (11)	104.496	151.533	132.180	(12,8)	26,5	361.302	463.991	28,4			
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (12)	278.667	324.708	352.753	8,6	26,1	1.104.090	1.297.144	17,5			
4. ARRECADADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.3)	4.805.171	4.802.660	4.647.431	(3,2)	0,9	13.151.088	14.114.560	7,3			
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1)	(476.113)	(524.580)	(600.620)	52,6	68,2	(1.874.155)	(1.971.908)	5,2			
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(695.047)	(786.325)	(1.047.904)	33,3	50,8	(2.527.848)	(2.727.495)	7,9			
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	25.720	(181.068)	(354.889)	96,0	(1,479,8)	275.533	(207.824)	(175,4)			
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) (13)	971.506	1.524.297	1.162.126	(23,8)	19,6	971.506	1.162.126	19,6			

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: CGEP/SFS.

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

Obs2. Os valores da arrecadação de REFS são estimados e sujeitos a revisão.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administradas pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Recebimentos em decorrência de contrato de assunção, confissão e compensação de créditos. Quitação de dívidas de jan/00 - Fundação IBGE; mai/00 - CODESA; ago/00 - Rede Ferroviária Federal; set/00 - LLOYDBRAS; dez/00 - LBA.

(7) Retenção de parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamentos a cargo da Previdência Social.

(10) Retire pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Retire as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes Órgãos: FUNDE (salário educação), INCKA, DPC/DFEP - Marítimo, SORMAARA, SENAI, SENAC, SESC, SIBRAEL, SENAR, SEXT, SENAI, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

Tabela 3
Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios
(R\$ milhões de mar/01 - INPC)

Valores em R\$ milhões de março/01 - INPC

Período	Arrecadação Bruta	Transferências a Terceiros	Arrecadação Líquida	Benefícios Previdenciários			Relação %	Saldo
	(1)			(2)	(3)	(4)	(5)	
	(A)	(B)	C = (A - B)	(D)			E=(D/C)	F= (C - D)
Valores referentes ao acumulado até o mês de março do ano correspondente, a preços de mar/01 (INPC)								
1990	8.346	479	7.867	4.438			56	3.429
1991	9.470	635	8.835	5.612			64	3.223
1992	9.280	558	8.722	5.696			65	3.026
1993	10.124	679	9.445	8.200			87	1.245
1994	8.585	683	7.902	7.386			93	516
1995	11.759	1.030	10.729	9.906			92	822
1996	12.188	1.000	11.188	11.621			104	(432)
1997	13.450	987	12.463	12.468			100	(5)
1998	13.428	727	12.702	13.940			110	(1.238)
1999	13.421	973	12.447	14.730			118	(2.282)
2000	14.255	1.104	13.151	15.025			114	(1.874)
2001	15.412	1.297	14.115	16.086			114	(1.972)
mar/99	4.474	294	4.180	4.872			117	(692)
abr/99	4.589	288	4.301	4.870			113	(569)
mai/99	4.506	295	4.211	4.904			116	(693)
jun/99	4.602	290	4.312	4.968			115	(656)
jul/99	4.657	307	4.349	5.141			118	(791)
ago/99	4.606	263	4.343	5.102			117	(759)
set/99	4.600	296	4.305	5.085			118	(781)
out/99	4.586	338	4.249	5.144			121	(895)
nov/99	4.562	318	4.244	5.561			131	(1.317)
dez/99	7.942	293	7.648	9.302			122	(1.653)
jan/00	4.708	507	4.201	4.974			118	(773)
fev/00	4.662	317	4.345	4.970			114	(625)
mar/00	4.885	280	4.605	5.081			110	(476)
abr/00	4.727	300	4.427	5.108			115	(681)
mai/00	4.978	333	4.645	5.307			114	(662)
jun/00	4.994	313	4.681	5.356			114	(675)
jul/00	5.072	322	4.749	5.432			114	(682)
ago/00	5.139	327	4.811	5.429			113	(618)
set/00	4.982	357	4.625	5.482			119	(857)
out/00	4.958	346	4.612	5.546			120	(934)
nov/00	4.955	333	4.622	6.021			130	(1.400)
dez/00	8.136	331	7.804	9.885			127	(2.081)
jan/01	5.284	620	4.664	5.311			114	(647)
fev/01	5.127	325	4.803	5.327			111	(525)
mar/01	5.000	353	4.647	5.448			117	(801)

Fonte: CGF/INSS;

Elaboração: CGEP/SPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

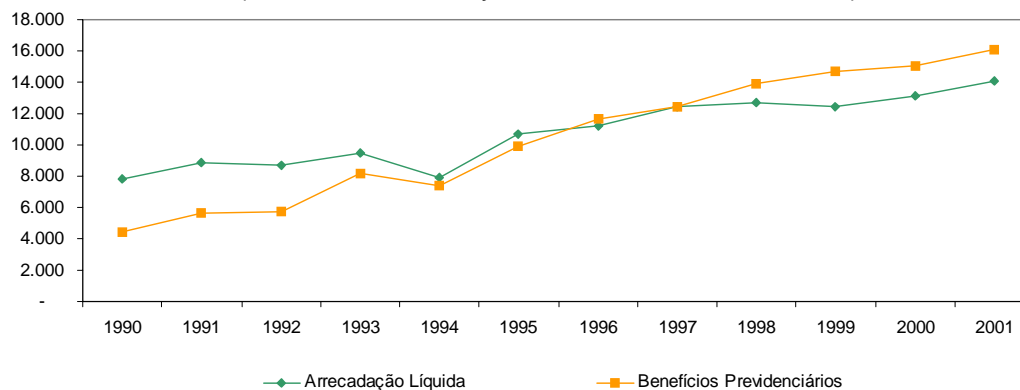
(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

(2) Para os anos de 1990 a 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

Arrecadação Líquida x Despesa com Benefícios
(acumulados até o mês de março de cada ano, em R\$ milhões de mar/01 - INPC)





REMETENTE: Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios
Bloco "F", 7º andar, sala 750
Tels.: (0XX61) 317-5011
Fax: (0XX61) 317-5408
e-mail: cgeps.sps@df.previdenciasocial.gov.br
70 059-900 – Brasília-DF

DESTINATÁRIO



PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

IMPRESSO